

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.072194/2025-49

2. Descrição da necessidade

DIVISÓRIAS, PAINÉIS, MESAS E PORTAS REMANEJAMENTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT possui demanda contínua por serviços de remanejamento, desinstalação e reinstalação de estações de trabalho, mesas, divisórias e módulos de portas, bem como por fornecimento complementar e instalação de painéis e portas compatíveis com os sistemas atualmente existentes em sua sede, em Brasília/DF.

Essa necessidade decorre de fatores permanentes da dinâmica administrativa da Agência, tais como:

- reorganizações internas e reestruturações organizacionais;
- criação, ampliação e realocação de unidades administrativas;
- ingresso de novos servidores e colaboradores;
- e adequações funcionais dos ambientes de trabalho, voltadas à melhoria das condições laborais e da eficiência institucional.

Atualmente, inexistente contrato vigente para atendimento dessas demandas, em razão do encerramento consensual do Contrato nº 015/2024, o que compromete a capacidade da Administração de responder de forma ágil e adequada às necessidades de adaptação de seus espaços físicos. Soma-se a isso que a ANTT não dispõe de equipe técnica própria nem de recursos materiais específicos para a execução desses serviços, o que inviabiliza o atendimento por meios internos.

Ademais, trata-se de demanda de natureza recorrente, porém imprevisível quanto ao momento e ao quantitativo, não sendo possível estabelecer cronograma fixo ou dimensionamento preciso das intervenções ao longo do exercício. Essa característica reforça a necessidade de adoção de solução que assegure flexibilidade administrativa, continuidade operacional e pronta resposta às demandas, evitando prejuízo à organização do trabalho e à prestação eficiente dos serviços públicos.

Nesse contexto, a contratação se mostra necessária, conveniente e de inequívoco interesse público, por permitir que a ANTT mantenha seus ambientes de trabalho adequados, funcionais e compatíveis com as necessidades institucionais, assegurando continuidade das atividades administrativas, eficiência na gestão dos espaços físicos, racionalização do uso de recursos públicos e a mitigação de riscos operacionais decorrentes da ausência de suporte técnico especializado.

Cabe ressaltar que o interesse desta Agência em realizar a contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, visa a possibilidade de obter vantagem econômica na aquisição do objeto, uma vez que, para a empresa contratada, torna-se uma contratação mais atrativa pela perspectiva de venda de uma maior quantidade dos itens do objeto. Destaca-se, porém, que a Agência tem ciência da responsabilidade do controle de saldos, do limite de adesão de órgãos não participantes e de que o total de itens aderidos não poderá exceder o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata.

Assim, a presente demanda encontra respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao demonstrar de forma objetiva a necessidade administrativa, a insuficiência dos meios próprios e a conveniência da contratação como solução adequada para atendimento ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUDEG/GELOG/CINFS	ANA CAROLINA MACEDO LÜBCKE

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais e jurídicos a seguir definidos, de modo a assegurar a adequada execução do objeto, a conformidade normativa e a obtenção do melhor resultado para a Administração.

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da Agência, conforme o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que estabelece as regras básicas sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços pela APF direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Classificação e regime de execução

O objeto caracteriza-se como serviço comum, sem dedicação exclusiva de mão de obra, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, permitindo julgamento objetivo das propostas, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços serão prestados sob o regime de empreitada por preço unitário, cabendo à contratada a integral responsabilidade pela execução, sem geração de vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração, vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.

Padrões mínimos de qualidade

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, observando-se:

- compatibilidade integral dos painéis, portas, divisórias e módulos fornecidos com os sistemas já existentes na sede da ANTT;
- perfeita estabilidade estrutural, alinhamento e nivelamento dos componentes instalados;
- acabamento adequado, sem rebarbas, trincas, empenamentos ou imperfeições visuais;
- utilização de materiais resistentes à corrosão, desgaste mecânico e variações térmicas;
- observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas editadas pela ABNT, no que couber.

Catálogo Eletrônico de Padronização

Verificou-se que os serviços objeto da contratação não se encontram contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização vigente, razão pela qual não foi possível a utilização desse instrumento para definição do objeto.

A especificação técnica será realizada por meio de descrições funcionais e de desempenho, assegurando a ampla competitividade e a isonomia entre os licitantes.

Natureza do serviço e forma de contratação

A natureza dos serviços, objeto da presente contratação, é **continuado, executado por meio de atendimento** às demandas eventuais e imprevisíveis, decorrentes de reestruturações organizacionais, adequações de layout, ingresso de novos servidores e ajustes funcionais dos ambientes de trabalho,

Não é possível estabelecer, com precisão, cronograma fixo nem quantitativos previamente definidos para a execução dos serviços ao longo do exercício, razão pela qual a contratação se amolda às hipóteses legais de utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Registro de Preços visa conferir à Administração flexibilidade, celeridade e eficiência, permitindo a contratação apenas quando a necessidade efetivamente se concretizar, sem a imposição de execução contínua, preservando-se a economicidade e o adequado planejamento das despesas públicas.

Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, em momento oportuno, poderá ser firmado contrato continuado entre a Agência e a empresa possuidora do registro de preços com a quantidade que for necessária

Sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos:

- da Instrução Normativa SLTI nº 1/2010;
- da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- e do Plano de Logística Sustentável – PLS da ANTT, principalmente na diretriz de "Incentivar a adoção de melhores práticas nas compras e contratações sustentáveis";
- da Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal);
- da Lei nº 6.938, de 1981 - artigo 4º, inciso II (Política Nacional do Meio Ambiente);
- do Decreto nº 5.975, de 2006 - artigo 20 (Define a exigência de documento para controle do transporte e do armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa);
- da Portaria MMA nº 253, de 18/08/2006 (Institui, o Documento de Origem Florestal - DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.);
- da IN Ibama nº 21, de 2014 (alterada pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, de 09 de 12/12/2016, 13, de 18/12/2017; de 04 de 22/12/2019 e 03, de 23 de janeiro de 2020) - IBAMA (Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor, em observância ao disposto no artigo 35 da Lei nº 12.651, de 2012, para controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos)

Serão exigidas, sempre que tecnicamente viáveis:

- utilização de materiais recicláveis ou com menor impacto ambiental;
- adoção de práticas de minimização de resíduos durante a execução dos serviços;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- uso racional de insumos e equipamentos, evitando desperdício.

Soluções e fornecedores aptos

O mercado nacional dispõe de soluções amplamente consolidadas para remanejamento e reinstalação de estações de trabalho montagem e desmontagem de divisórias modulares e

fornecimento de painéis e portas compatíveis.

Há ampla oferta de fornecedores especializados, o que assegura a competitividade do certame.

Garantias e assistência técnica

Será exigida garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços executados e para os materiais fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais e das garantias adicionais oferecidas pelos fabricantes.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável por correções de defeitos, substituição de materiais inadequados e reparos decorrentes de falhas de execução.

Requisitos de habilitação técnica e normas aplicáveis

Poderá ser exigida, na fase de habilitação:

- comprovação de capacidade técnica, mediante atestados de execução de serviços similares;
- atendimento às Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho;
- observância às normas da ABNT, quando aplicáveis à execução dos serviços e aos materiais empregados.

Subcontratação

Após avaliação técnica, não será admitida subcontratação, uma vez que o objeto exige responsabilidade integral da contratada, a fragmentação da execução comprometeria a rastreabilidade, a padronização e o controle de qualidade e o mercado dispõe de empresas plenamente capazes de executar todas as etapas do objeto.

Direcionamento de marca e amostras

Não haverá direcionamento de marca, sendo vedada qualquer especificação que restrinja a competitividade, conforme o art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

Fornecimento prévio de amostras, não será exigido, considerando que a avaliação de conformidade ocorrerá na fase de execução, mediante fiscalização técnica e por ocasião do recebimento definitivo.

Sem prejuízo do disposto acima, enfatiza-se a obrigatoriedade de os materiais utilizados na execução contratual apresentarem total conformidade com os já existentes na Sede da ANTT.

Vistoria técnica

Será assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria facultativa, destinada ao melhor conhecimento dos materiais existentes na Sede da ANTT e das condições do local, sem caráter obrigatório para fins de habilitação.

Caso opte por não realizar a vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal de ciência das condições, não podendo alegar desconhecimento posterior para fins de reequilíbrio ou inadimplemento.

Informações reservadas ou sigilosas

Por não se enquadrarem em nenhum dos incisos do art. 23 da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos autos não serão classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas

Classificação final do objeto

O objeto é classificado como serviço comum, eventual, contratado por Sistema de Registro de Preços, com execução indireta, atendendo aos requisitos da Lei nº 14.133/2021.

Da intenção de registro de preços

O art. 9º do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, destaca que: para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação. A equipe de planejamento para a presente contratação não vê óbice para a divulgação da respectiva intenção de registro de preços.

5. Levantamento de Mercado

Com vistas à definição da solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada, procedeu-se ao levantamento de mercado, no qual foram analisadas as principais alternativas disponíveis para a execução dos serviços de remanejamento, desmontagem, montagem e fornecimento eventual de divisórias, portas e módulos compatíveis com os sistemas existentes na sede da ANTT.

Soluções identificadas

A partir da análise técnica e administrativa, identificaram-se as seguintes alternativas viáveis:

- a) Contratações **de serviços não contínuos ou contratados por escopo, com cronograma para atendimento do total de itens contratados;**
- b) Contratação **de serviços e fornecimento contínuos**, com previsão de execução permanente ao longo do exercício;
- c) Contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, para atendimento sob demanda, conforme a necessidade efetivamente se concretize. Nesta opção, a critério da ANTT, poderá ser firmado contrato continuado em momento posterior a assinatura da Ata de Registro de Preços.

Análise das alternativas

A primeira alternativa — **contratações de serviços não contínuos ou contratados por escopo** — foi considerada inadequada, pois:

- as demandas são recorrentes, porém imprevisíveis quanto ao momento e à extensão;

- haveria prejuízo à celeridade no atendimento das necessidades operacionais da Agência.

A segunda alternativa — contratação de serviços e fornecimento contínuos, também se mostrou pouco aderente à realidade do objeto, uma vez que:

- os serviços não possuem natureza permanente, mas sim eventual, vinculada a eventos específicos como reestruturações organizacionais, expansão de unidades e ajustes funcionais;

A terceira alternativa — contratação mediante Sistema de Registro de Preços — revelou-se a mais adequada, por:

- compatibilizar-se com a imprevisibilidade das demandas;
- permitir a contratação apenas quando houver necessidade real, sem obrigatoriedade de consumo mínimo;
- proporcionar agilidade na formalização das contratações derivadas, por meio de Ordens de Serviço;
- assegurar padronização técnica, controle de qualidade e uniformidade de execução;
- otimizar o planejamento orçamentário e reduzir custos administrativos.
- possibilidade de, caso necessário, se firmar contrato continuado.

Justificativa da solução adotada

Diante do exposto, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, por se tratar da solução que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

A solução permite que a Administração disponha de empresa previamente selecionada, apta a executar os serviços sempre que houver demanda, sem a necessidade de instaurar novo procedimento licitatório a cada solicitação, assegurando continuidade operacional, redução de prazos e racionalização de custos.

Fornecedores aptos no mercado

Trata-se de um mercado maduro e competitivo, com fornecedores plenamente capazes de atender aos requisitos técnicos definidos para a contratação, o que assegura a viabilidade do certame e a ampla competitividade.

Possibilidade de utilização da Ata de Registro de Preços

O DECRETO n.º 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece no inciso V do Art. 3º que o SRP poderá ser adotado quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Como no presente processo não foi possível se prever o quantitativo a ser contratado de forma prévia, o Sistema de Registro de Preços foi adotado.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na instituição de Ata de Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada na execução dos serviços de remanejamento, desinstalação, reinstalação, com fornecimento complementar, quando necessário, de estações de trabalho, mesas, divisórias com painéis cegos e em vidro, portas de divisórias e módulos de portas, compatíveis com os sistemas já existentes na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em Brasília/DF.

A contratação tem por finalidade assegurar resposta rápida, padronizada e eficiente às demandas decorrentes de, reestruturações organizacionais, adequações de layout, criação, ampliação ou reorganização de unidades administrativas, ingresso de novos servidores e colaboradores e ajustes funcionais dos ambientes de trabalho.

Elementos que compõem a solução

A solução abrange, de forma integrada, os seguintes elementos:

- a) Execução dos serviços técnicos especializados, compreendendo desmontagem, montagem e remanejamento de mobiliário e divisórias;
- b) Fornecimento eventual de componentes complementares, como painéis e portas compatíveis com os sistemas existentes, quando a demanda assim exigir;
- c) Gestão da execução por meio de Ordens de Serviço, emitidas conforme a necessidade da Administração, contendo:

- descrição dos serviços;
- quantitativos;
- prazos;
- local de execução;
- e demais condições específicas de cada demanda.

Dinâmica operacional da solução

A operacionalização da solução ocorrerá da seguinte forma:

- a Administração convocará a empresa registrada na Ata sempre que houver necessidade, por meio de Ordem de Serviço formal;
- a contratada deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço em prazo definido no Termo de Referência;
- os prazos de início e conclusão dos serviços serão graduados conforme o volume da demanda, garantindo previsibilidade e proporcionalidade;
- a execução ocorrerá, preferencialmente, em horários que minimizem impactos às atividades administrativas, podendo, quando necessário, ocorrer em horários alternativos, conforme definido pela Contratante.

A solução prevê que não haverá obrigatoriedade de consumo mínimo, sendo os serviços contratados exclusivamente quando houver demanda efetiva, característica essencial do modelo de Registro de Preços.

Requisitos de qualificação técnica

Para garantir a adequada execução do objeto, a solução pressupõe que a futura contratada possua:

- experiência comprovada em serviços de montagem, desmontagem e remanejamento de divisórias e mobiliário corporativo;
- capacidade técnica para atuar em ambientes administrativos em funcionamento, com controle de riscos operacionais;
- mão de obra qualificada, com conhecimento em sistemas modulares de divisórias e estações de trabalho;
- estrutura operacional compatível com a execução simultânea de múltiplas Ordens de Serviço, quando necessário;
- observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho e à qualidade dos materiais empregados.

A qualificação técnica será exigida nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com a natureza e a complexidade do objeto, portanto a solicitação de comprovação de atividades similares tem como objetivo, evitar riscos operacionais durante a execução do objeto.

A exigência de comprovação de saúde financeira (índices contábeis como liquidez geral, solvência e patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado) se justifica pela necessidade de garantir que a empresa licitante possua capacidade de arcar com os custos gerais e de insumos por, pelo menos, 3 meses, sem depender exclusivamente dos pagamentos da Administração.

Resultado esperado da solução

Com a implementação da solução proposta, espera-se:

- garantir continuidade e otimização operacional das atividades administrativas da ANTT;
- assegurar padronização estética e funcional dos ambientes de trabalho;
- reduzir o tempo de resposta às demandas internas;
- evitar improvisações e contratações emergenciais;
- promover eficiência administrativa, com racionalização de custos e maior previsibilidade contratual.

A solução como um todo, estruturada por meio do Sistema de Registro de Preços, revela-se aderente às características da demanda, juridicamente adequada e tecnicamente suficiente para atender às necessidades institucionais da Agência.

A contratação dos serviços registrados ocorrerá exclusivamente mediante demanda efetiva, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, não havendo qualquer compromisso de contratação integral dos quantitativos máximos estimados.

Por ser a presente contratação executada por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária só será feita na assinatura do contrato, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 20, de 2009, segundo a qual: “NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO”. (Redação mantida pela Portaria AGU n.º 575, de 16 de dezembro de 2024)

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme Nota Técnica - ANTT 13357 (38154336), elaborada pela área demandante, os quantitativos máximos a serem contratados foram definidos a partir da base histórica de utilização de contratação similar vigente entre 24/07/2019 e 24/07/2024.

Tendo esses dados como ponto de partida, foi aplicado fato de ajuste considerando situações que podem influenciar o volume de demanda, tais como ingresso de novos servidores mediante concursos públicos promovidos recentemente e demanda represada durante o período em que não houve a prestação desse tipo de serviço. Adicionalmente, a ANTT tem promovido diversas movimentações internas e reestruturações organizacionais para seguir em constante evolução, se mantendo como uma das melhores Agências Reguladoras do Brasil.

Esse cenário, faz com que as demandas sejam frequentes, porém, não regulares e previsíveis o que corrobora para a escolha da contratação por Registro de Preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO MÁXIMO
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	DESMONTAGEM	Unidade	72
2	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA UM LUGAR EM "L"	MONTAGEM	Unidade	75
3	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	DESMONTAGEM	Unidade	78
4	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM "T"	MONTAGEM	Unidade	84
5	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM “U”	DESMONTAGEM	Unidade	10
6	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA DOIS LUGARES EM “U”	MONTAGEM	Unidade	10
7	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	DESMONTAGEM	Unidade	210
8	ESTAÇÃO DE TRABALHO PARA QUATRO LUGARES EM "X"	MONTAGEM	Unidade	204
9	MESA GABINETE 240 x 160 CM	DESMONTAGEM	Unidade	10
10	MESA GABINETE 240 x 160 CM	MONTAGEM	Unidade	10
11	MESA PENÍNSULA 160x180 CM	DESMONTAGEM	Unidade	39
12	MESA PENÍNSULA 160x180 CM	MONTAGEM	Unidade	45
13	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	DESMONTAGEM	m²	2709
14	PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	MONTAGEM	m²	1545
15	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA /PAINEL EM VIDRO DE 900MM AO TETO	DESMONTAGEM	m²	1005
16	PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA /PAINEL EM VIDRO DE 900MM AO TETO	MONTAGEM	m²	923
17	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	DESMONTAGEM	m²	498
18	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	MONTAGEM	m²	540
19	PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	CORTE	Unidade	120
20	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	Unidade	123
21	PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	MONTAGEM	Unidade	45
	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/			

22	VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	DESMONTAGEM	Unidade	63
23	MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	MONTAGEM	Unidade	66
24	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO AO TETO COM LÃ DE ROCHA	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	189
25	FORNECIMENTO DE PAINEL CEGO DO PISO A 900MM LÃ DE ROCHA/PAINEL EM VIDRO DE 900MM AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	144
26	FORNECIMENTO DE PAINEL EM VIDRO DO PISO AO TETO	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	10
27	FORNECIMENTO DE PORTA COM FOLHA DO PISO AO TETO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	18
28	FORNECIMENTO DE MÓDULO PORTA C/ FOLHA DO PISO AO TETO C/ VIDRO DUPLO 800MMX2400MM	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Unidade	10

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.255.661,00

A estimativa totaliza R\$ 1.255.661,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um reais, conforme pesquisa de preços inserida com ANEXO I, representando quantitativo compatível com a finalidade e a previsão da unidade demandante.

A pesquisa de preços foi conduzida com pertinência às disposições da IN 65/2021, tendo sido feita a composição preferencialmente com valores obtidos por meio do Portal COMPRAS.GOV.BR, com resultados de contratações de outros órgãos e entidades públicas, complementadas, com valores obtidos em consulta a fornecedores.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve considerar a possibilidade de parcelamento do objeto, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, como forma de ampliar a competitividade e propiciar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, após análise técnica da natureza do objeto, concluiu-se que o parcelamento da solução não se revela vantajoso, pois os serviços a serem registrados apresentam forte interdependência técnica e operacional, exigindo coordenação integrada, padronização de métodos executivos e responsabilidade única pelos resultados.

A fragmentação da contratação em múltiplos lotes ou instrumentos distintos poderia gerar riscos relevantes, como incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre fornecedores, aumento da complexidade da fiscalização e elevação do custo global da execução.

Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços já atende, de forma adequada, ao princípio do parcelamento sob a ótica temporal, uma vez que a execução ocorrerá de maneira fracionada conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço, sem imposição de execução contínua ou obrigatória.

Dessa forma, preservam-se simultaneamente a flexibilidade administrativa, a racionalização de custos e a economia de escala inerente à contratação integrada.

Ressalte-se, ainda, que a opção pela não fragmentação do objeto não compromete a competitividade, uma vez que o mercado dispõe de empresas aptas a executar integralmente o conjunto de serviços, com requisitos técnicos definidos de forma funcional e não restritiva.

Conclui-se, portanto, que, para a presente contratação, o não parcelamento da solução representa a alternativa mais eficiente, segura e economicamente vantajosa, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com as diretrizes do Guia de Padronização AGU/MGI para o adequado planejamento das contratações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise do contexto institucional e do planejamento vigente da ANTT, verificou-se que a presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes de execução obrigatória para a sua viabilização imediata. O objeto pode ser executado de forma autônoma, por meio das Ordens de Serviço emitidas no âmbito da Ata de Registro de Preços, sem depender de prévia ou simultânea contratação de outros bens, ou serviços.

Ressalte-se, contudo, que as demandas atendidas por esta contratação se inserem no conjunto mais amplo de ações de adequação física e organizacional dos ambientes de trabalho da Agência, podendo guardar relação indireta com iniciativas futuras de reorganização administrativa, expansão de unidades, ingresso de novos servidores ou projetos de modernização de espaços. Tais iniciativas, entretanto, não configuram interdependência técnica ou jurídica, uma vez que possuem planejamento próprio e podem ser implementadas de forma independente.

Dessa forma, conclui-se que a contratação ora proposta não exige a existência de contratos acessórios, complementares ou condicionantes para sua plena execução, mantendo-se alinhada ao princípio da autonomia das contratações e à diretriz de planejamento integrado, sem prejuízo de eventuais sinergias administrativas que possam ser aproveitadas no âmbito da gestão dos espaços físicos da ANTT.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos formais de planejamento institucional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em consonância com as boas práticas de governança e com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

No âmbito do planejamento das contratações, a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme Deliberação nº 163, de 19 de maio de 2025, no item 3.23 – Serviços de implantação, instalação, manutenção, conservação, adaptação e/ou reforma de imóveis ocupados ou a serem ocupados por setores da ANTT, contemplando, entre outros, os escritórios de Florianópolis, São Luís, Tietê, Novo Rio, Brasília, etc. o que assegura a aderência formal da contratação ao planejamento anual da Agência.

No que se refere ao alinhamento estratégico, a contratação converge com os objetivos definidos no Planejamento Estratégico da ANTT, especialmente:

- no Planejamento Estratégico 2024–2030, ao contribuir para os objetivos de “Aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos”, “Aperfeiçoar os processos organizacionais com foco na entrega de valor” e “Fortalecer a imagem e a identidade institucional”;
- no Planejamento Estratégico 2022–2055, ao atender diretamente ao objetivo estratégico “Pessoas e Recursos: oferecer estrutura física e tecnológica adequada”, ao viabilizar ambientes de trabalho mais funcionais, seguros e compatíveis com a dinâmica organizacional da Agência.

A contratação também se mostra plenamente compatível com o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS 2024–2027, uma vez que incorpora critérios de sustentabilidade ambiental e de racionalização de recursos, em especial no que se refere à reutilização de estruturas existentes, à redução de desperdícios e à gestão adequada de resíduos gerados na execução dos serviços.

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação não constitui iniciativa isolada, mas integra um conjunto coerente de ações planejadas, alinhadas aos instrumentos formais de governança, aos objetivos estratégicos institucionais e às diretrizes de sustentabilidade, reforçando a conveniência, a oportunidade e a legitimidade administrativa da solução proposta.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, tanto no plano operacional quanto no estratégico, contribuindo para o aprimoramento da gestão dos espaços físicos e para a eficiência administrativa da ANTT.

Do ponto de vista operacional, a instituição de Ata de Registro de Preços permitirá resposta mais ágil às demandas por remanejamento, desmontagem, reinstalação e fornecimento de divisórias e estações de trabalho, reduzindo significativamente o tempo de espera entre a identificação da necessidade e a efetiva execução dos serviços. Essa flexibilidade assegura maior capacidade de adaptação da infraestrutura física da Agência às constantes reestruturações organizacionais, ingresso de novos servidores e adequações funcionais dos ambientes.

Sob a ótica da eficiência administrativa, a centralização da contratação em instrumento único elimina a necessidade de sucessivas contratações pontuais, reduzindo custos transacionais, carga administrativa e riscos de fracionamento indevido do objeto. A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui para maior previsibilidade orçamentária e para a racionalização do uso dos recursos públicos, ao permitir contratações sob demanda, estritamente na medida da necessidade efetivamente configurada.

No aspecto da qualidade dos ambientes de trabalho, a contratação possibilita a manutenção de padrões técnicos e visuais adequados, assegurando maior conforto, segurança, acessibilidade e funcionalidade aos espaços ocupados pelos servidores e colaboradores da ANTT, o que impacta positivamente na produtividade, no bem-estar e na imagem institucional da Agência.

Há, ainda, benefícios relevantes no campo da governança e do planejamento, uma vez que a solução adotada fortalece a cultura de contratações planejadas, alinhadas aos instrumentos formais de gestão — como o PCA, o Planejamento Estratégico e o PLS —, reforçando a integração entre as áreas demandantes, a área de planejamento e as unidades de execução contratual.

Por fim, do ponto de vista socioambiental, a incorporação de critérios de sustentabilidade na execução dos serviços contribui para a redução de desperdícios, a destinação ambientalmente adequada de resíduos e o uso mais racional de materiais, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano de Logística Sustentável da ANTT.

Dessa forma, a contratação revela-se instrumento essencial para a modernização da infraestrutura administrativa da Agência, promovendo ganhos de eficiência, economicidade, qualidade institucional e sustentabilidade, em plena consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos da ANTT.

13. Providências a serem Adotadas

Para a adequada execução da presente contratação, não se identificam providências estruturais complexas ou preparatórias de grande impacto, uma vez que os serviços serão demandados de forma eventual, conforme a efetiva necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço no âmbito da Ata de Registro de Preços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação poderá gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados à execução dos serviços de desmontagem, montagem e eventual fornecimento de componentes de divisórias e mobiliário, tais como geração de resíduos sólidos, emissão de ruídos e consumo de insumos. Tais impactos, contudo, são de baixa magnitude e plenamente mitigáveis mediante a adoção de boas práticas ambientais.

Para minimizar eventuais efeitos adversos, deverão ser observadas, durante toda a execução contratual, as seguintes diretrizes:

a) Gestão adequada de resíduos

Os resíduos decorrentes das atividades de desmontagem, corte, substituição de painéis, portas e demais componentes deverão ser segregados, acondicionados e destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com:

- a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- a ABNT NBR 10004/2004 (classificação de resíduos sólidos);
- e, no que couber, a Resolução CONAMA nº 307/2002, quanto aos resíduos provenientes de atividades assemelhadas à construção civil.

b) Controle de ruídos

As atividades que possam gerar ruído deverão respeitar os limites de conforto acústico estabelecidos pelas normas da ABNT, especialmente a NBR 10.151 e a NBR 10.152, bem como a Resolução CONAMA nº 01/1990, adotando-se, sempre que possível, a execução dos serviços em horários que minimizem impactos às atividades administrativas.

c) Uso racional de recursos

A contratada deverá adotar práticas voltadas à redução do desperdício de materiais, ao reaproveitamento de componentes passíveis de reutilização e ao uso eficiente de insumos, contribuindo para a diminuição do volume de descarte e do consumo de recursos naturais.

d) Sustentabilidade nas contratações públicas

A execução contratual deverá observar, no que couber, as diretrizes da Instrução Normativa SLTI nº 1/2010 e do Plano de Logística Sustentável – PLS da ANTT, especialmente no que se refere à adoção de práticas que promovam a sustentabilidade ambiental nas aquisições e contratações públicas.

Diante dessas medidas, conclui-se que os impactos ambientais associados à presente contratação são controláveis, de baixa relevância e adequadamente mitigáveis, não constituindo óbice à implementação da solução proposta, desde que observados os requisitos ambientais estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução proposta revela-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de modelo amplamente adotado no mercado, o que assegura a existência de fornecedores aptos à execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

A contratação encontra-se amparada em fundamento legal adequado, especialmente quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços para atendimento de demandas eventuais e imprevisíveis, além de estar compatível com o planejamento orçamentário e estratégico da ANTT.

Dessa forma, conclui-se que a solução é tecnicamente adequada, juridicamente segura e economicamente eficiente, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades operacionais da Agência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:46:16.

MARCIO XAVIER DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:16:23.

WILLIAM YAU HAN CHUANG

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:42:50.

PATRICIA CALDAS MONTEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 14:45:48.